

Dinamitando ianomâmis

Rubens José Espósito *

Estimulados pelo ex-governador de Roraima e com a complacência ou, melhor dizendo, com a inadiplência do Governo Federal, representado pela Funai, cerca de 40 mil garimpeiros invadiram as terras tradicionalmente habitadas pelos índios ianomâmis.

Coincidentemente esta invasão se dá a partir de julho de 1986, justamente quando começou a implantação do Projeto Calha Norte. Não devemos esquecer que entre 1974/1976 mais de 70% dos ianomâmis da região do rio Ajarani morreram em consequência do contato indiscriminado com os trabalhadores das empreiteiras que construíam 211 Km da Perimetral Norte.

Esta invasão colocou em contato duas populações bastante específicas: de um lado os índios ianomâmi, povo bastante primitivo, com muito pouco contato com a chamada "civilização aculturada" e que mantinha as suas tradições culturais preservadas, condição que os coloca sem qualquer defesa, tanto do ponto de vista dos costumes quanto das doenças dos chamados "civilizados".

De outro lado, coloca uma massa de trabalhadores totalmente despreparada para um contato como este, pois são pessoas à procura da sobrevivência, muitos arriscando a última esperança neste caos social por que passa o país. Nesta ânsia pela busca do ouro para assegurar a sobrevivência andam por todo o Norte do país contraindo doenças, como, por exemplo, a malária.

Incentivados pelos governos,

subsidiados e mantidos por oportunistas e especuladores, que são os donos de pistas e de garimpos-pessoas, que chegam a possuir oito aviões e helicópteros, estes trabalhadores rudes que são os garimpeiros tiveram um contato indiscriminado com esta população indígena.

Como consequência, podemos constatar uma dramática situação da saúde do povo ianomâmi, destacando doenças como a malária, além de quadros graves de desnutrição. Nota-se também uma desorganização social com a redução das atividades de produção e de coleta de alimentos.

O abandono das habitações tradicionais e a dispersão de grupos são agravados pela degradação do meio ambiente com a destruição de fontes de alimentação tradicionais e da contaminação de rios e igarapés.

Diante deste quadro dramático, pois existe um povo ameaçado de extinção, considero que qualquer solução passa pela total retirada dos invasores das terras tradicionalmente habitadas pelos ianomâmis.

Portanto, afirmo que *dinamitar as pistas é uma condição necessária mas não suficiente*, pois esta medida só tem sentido se fizer parte de um plano mais abrangente e permanente para esta vasta área habitada pelos ianomâmis.

Se realmente queremos salvar essa gente e preservá-los como povo, precisamos encarar as causas deste conflito. Os ianomâmis habitam uma região de fronteira, o que fez com que as Forças Armadas criassem o Projeto Calha Norte, alegando problemas geopolíticos e

de Segurança Nacional. Por outro lado, esta região tem um potencial mineral muito grande e, desde a divulgação do Projeto Radam Brasil, as grandes empresas de mineração estão requerendo alvarás e bloqueando extensas áreas desta região. Qualquer plano sério para esta região precisa levar em consideração estes fatos.

Este novo governo deve demarcar as terras tradicionalmente habitadas pelos ianomâmis, indicando um órgão do governo voltado para a preservação racional do meio ambiente e engajado na defesa da causa indigenista. Seu objetivo seria coordenar um plano multiinstitucional. Onde seriam consultados especialistas ligados aos vários órgãos do governo, como as universidades, e fundações. Este órgão apontaria uma solução para a área, além de selecionar, orientar e preparar profissionais para trabalhar com estes índios.

Este novo governo não pode deixar de discutir com especialistas e com representantes do povo ianomâmi, visando apontar uma política de preparação deste povo para um contato que, ao meu ver, será inevitável.

O contato inevitável será tão menos traumático quanto a capacidade do governo de ouvir os especialistas e as lideranças indígenas.

Ou este novo governo toma rapidamente sérias decisões ou poderá ser acusado de omissão de socorro num dramático caso de genocídio.

* Assessor da Coppe (UFRJ), visitou áreas ianomâmis em 1985 e 1986, como membro de uma equipe de pesquisadores ligados à Organização Mundial de Saúde (OMS). Em 1990, participou do Plano Emergencial de Apoio à Saúde ianomami (PAES/ianomami)